

LÍNGUA PORTUGUESA

DICA - REESCRITA DE FRASES

EXPRESSÕES PROBLEMÁTICAS

À MEDIDA QUE

EXPRESSA IDEIA DE **PROPORÇÃO**

PODE SUBSTITUIR POR
"À PROPORÇÃO QUE"

EX: À MEDIDA QUE O TEMPO
PASSA, ELE FICA MAIS FORTE

X

**NA MEDIDA
EM QUE**

EXPRESSA IDEIA DE **CAUSA**

PODE TAMBÉM SER USADA COMO
CONDIÇÃO OU PROPORÇÃO

PODE SER SUBSTITUÍDA POR: **"UMA VEZ QUE"**
"VISTO QUE", **"JÁ QUE"**, DENTRE OUTROS

OBS: AS BANCAS, EM GERAL,
COBRAM MAIS A EXPRESSÃO
COM IDEIA DE CAUSA

EX: NA MEDIDA EM QUE VOCÊ
ESTUDOU, PASSOU NO CONCURSO

LÍNGUA PORTUGUESA

DICA - REESCRITA DE FRASES

EXPRESSÕES PROBLEMÁTICAS

EM VEZ DE

(NA DÚVIDA, OPTE
SEMPRE POR ELA)

X

AO INVÉS DE

EM GERAL, USADO COM SIGNIFICADO
DE "NO LUGAR DE"

MAIS ABRANGENTE - ALÉM DE SER USADO
PARA IDEIAS DIFERENTES, PODE SER USADO
TAMBÉM PARA IDEIAS CONTRÁRIAS

EM VEZ DE TELEFONAR PARA O MEU AMIGO,
IREI MANDAR UMA MENSAGEM PARA ELE

SIGNIFICA - IDEIAS CONTRÁRIAS,
OPOSIÇÃO, "AO CONTRÁRIO DE"

SOMENTE PODE SER USADO
NO SENTIDO DE OPOSIÇÃO

EX: AO INVÉS DE DESCER, SUBIU

LÍNGUA PORTUGUESA

ACENTUAÇÃO

USO DOS PORQUÊS

| | |
|--|---|
| <p>POR QUE (PERGUNTA)</p> | <p>☞ EQUIVALE A "POR QUAL RAZÃO", "POR QUAL MOTIVO", "PELA QUAL", "PELOS QUAIS"</p> <p>EX - POR QUE VOCÊ QUER SER APROVADO NO CONCURSO DA PF?</p> <p>EX - ESTAS SÃO AS RAZÕES POR QUE ESTUDO BASTANTE</p> |
| <p>POR QUÊ (FIM DE FRASE)</p> | <p>☞ É UTILIZADO NO FINAIS DE FRASES, ANTES DE PONTO FINAL, DE INTERROGAÇÃO, DE EXCLAMAÇÃO OU DE RETICÊNCIAS</p> <p>EX - ESTUDO BASTANTE PARA SER APROVADO. SABE POR QUÊ?</p> <p>EX - O CONTRATO NÃO FOI ASSINADO. POR QUÊ?</p> |
| <p>PORQUE (RESPOSTA)</p> | <p>☞ CORRESPONDE A UMA EXPLICAÇÃO OU UMA CAUSA (POIS, JÁ QUE, UMA VEZ QUE, PORQUANTO. .)</p> <p>EX - COMPREI ESTE COMPUTADOR PORQUE É MAIS BARATO</p> <p>EX - ESTUDO PORQUE EU QUERO PASSAR</p> |
| <p>PORQUÊ (SUBSTANTIVO)</p> | <p>☞ EQUIVALE A UM SUBSTANTIVO (É ANTECEDIDO DE UM DETERMINANTE) - TEM SIGNIFICADO DE "MOTIVO", "RAZÃO"</p> <p>EX - NÃO SEI O PORQUÊ DESSA ESCOLHA</p> <p>EX - EU SEI O PORQUÊ DA SUA DEDICAÇÃO</p> |

LÍNGUA PORTUGUESA

SINTAXE

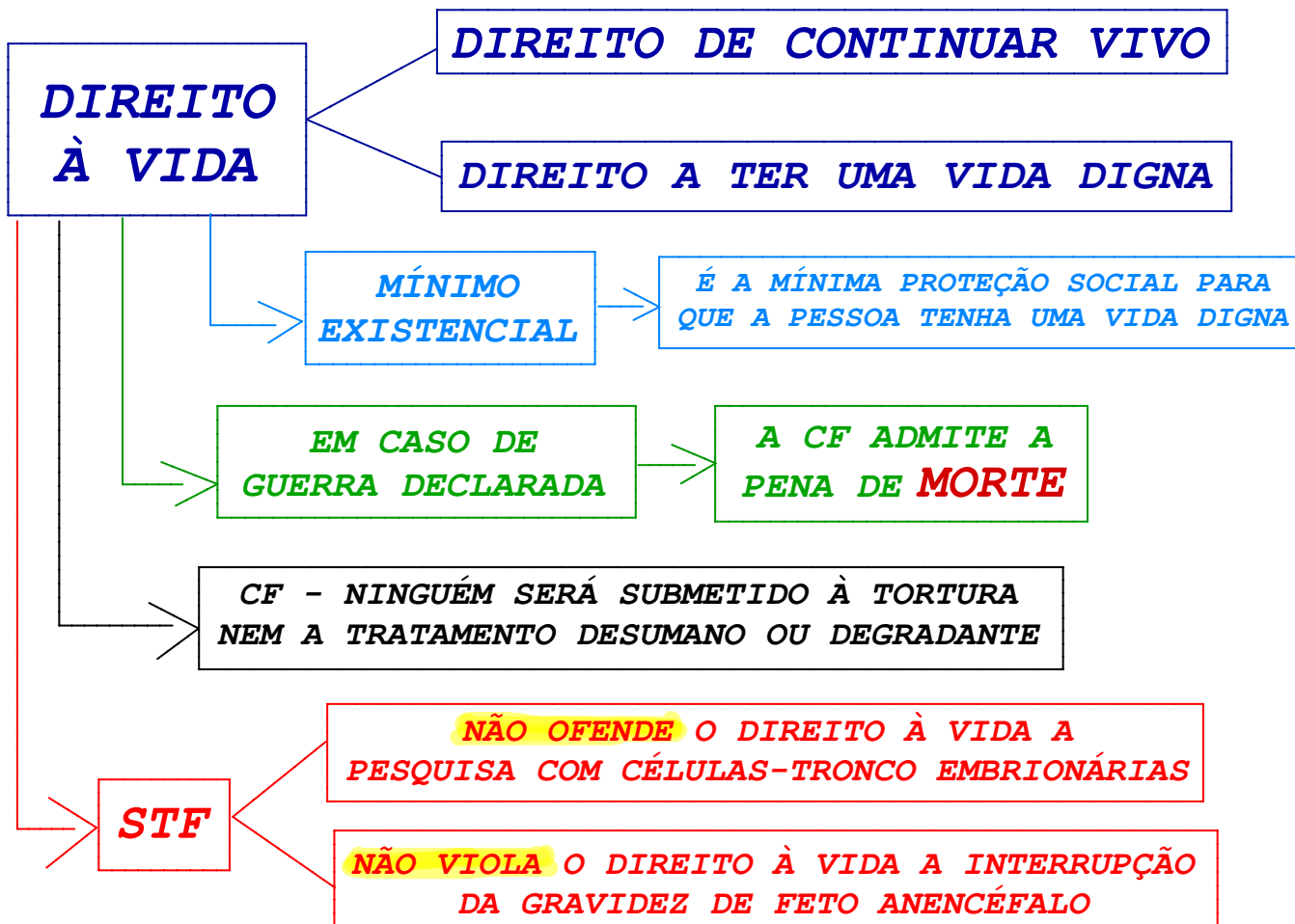
ADJUNTO ADNOMINAL x COMPLEMENTO NOMINAL

| ADJUNTO ADNOMINAL | COMPLEMENTO NOMINAL |
|--|---|
| SOMENTE SE LIGA A: ✓ SUBSTANTIVOS CONCRETOS E ABSTRATOS | SE LIGA A: ✓ SUBSTANTIVOS ABSTRATOS ✓ ADJETIVOS ✓ ADVÉRBIOS |
| PODE SER OU NÃO PREPOSICIONADO | É NECESSARIAMENTE PREPOSICIONADO |
| PRINCIPAL PEGADINHA DE PROVA PARA CONFUNDIR OS DOIS: NO CASO DE SUBSTANTIVO ABSTRATO COM TERMO PREPOSICIONADO "DE". NESSE CASO, VEJA COMO DISTINGUIR: | |
| ◆ TERMO PREPOSICIONADO TEM SENTIDO AGENTE: SERÁ ADJUNTO ADNOMINAL | ◆ TERMO PREPOSICIONADO TEM SENTIDO PACIENTE: SERÁ COMPLEMENTO NOMINAL |
| ◆ SUBSTITUÍVEL POR UMA PALAVRA ÚNICA (UM ADJETIVO EQUIVALENTE) ◆ PODE INDICAR POSSE | ◆ NÃO É SUBSTITUÍVEL POR UMA PALAVRA ÚNICA (ADJETIVO EQUIVALENTE) ◆ NÃO PODE INDICAR POSSE |
| EX: O CONSUMO DOS BRASILEIROS (OS BRASILEIROS CONSOMEM - AGENTE) | EX: O CONSUMO DE PÃO (O PÃO É CONSUMIDO - PACIENTE) |

DIREITO CONSTITUCIONAL

DICA - DIREITOS FUNDAMENTAIS

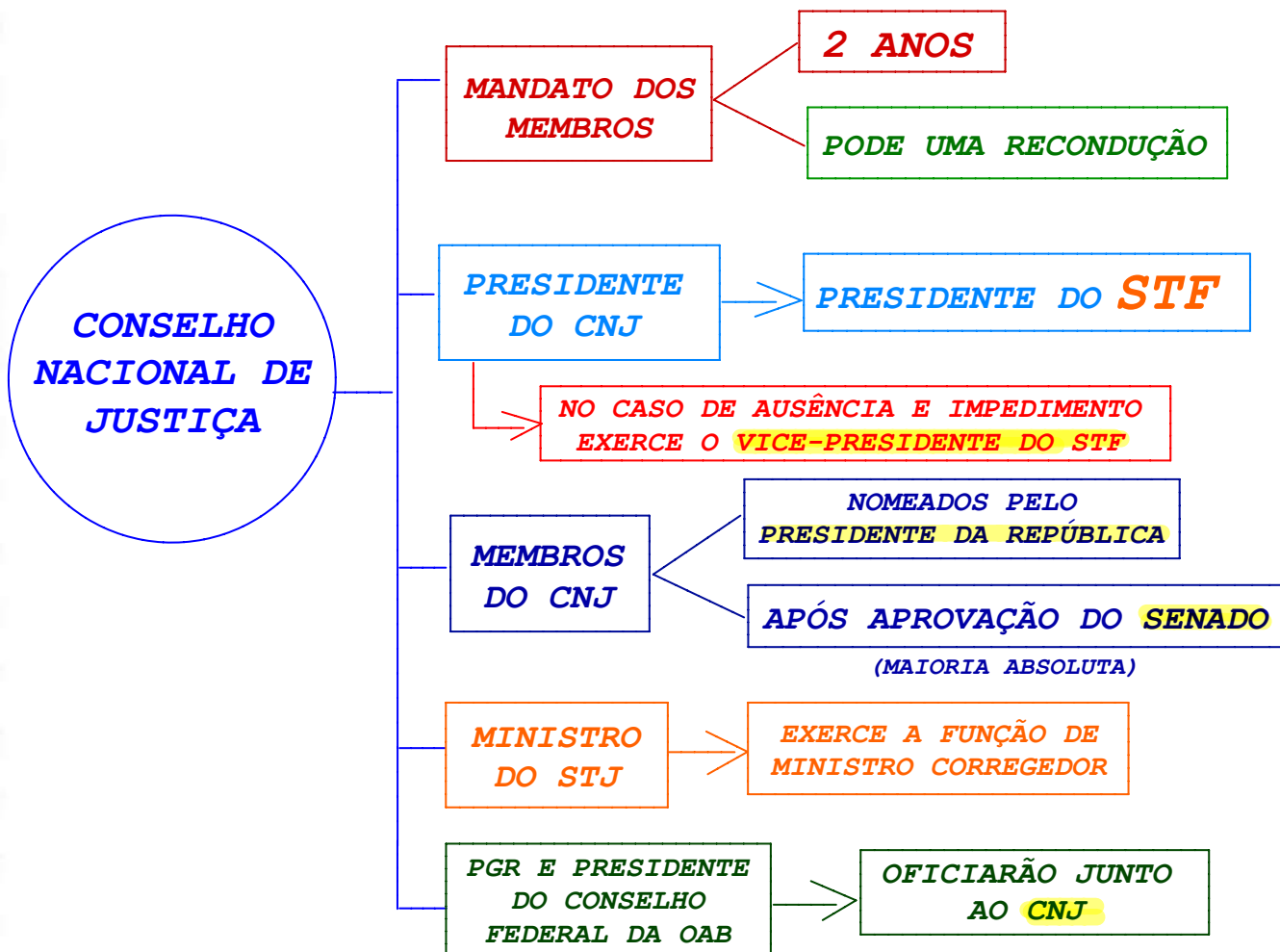
DIREITO À VIDA



DIREITO CONSTITUCIONAL

PODER JUDICIÁRIO

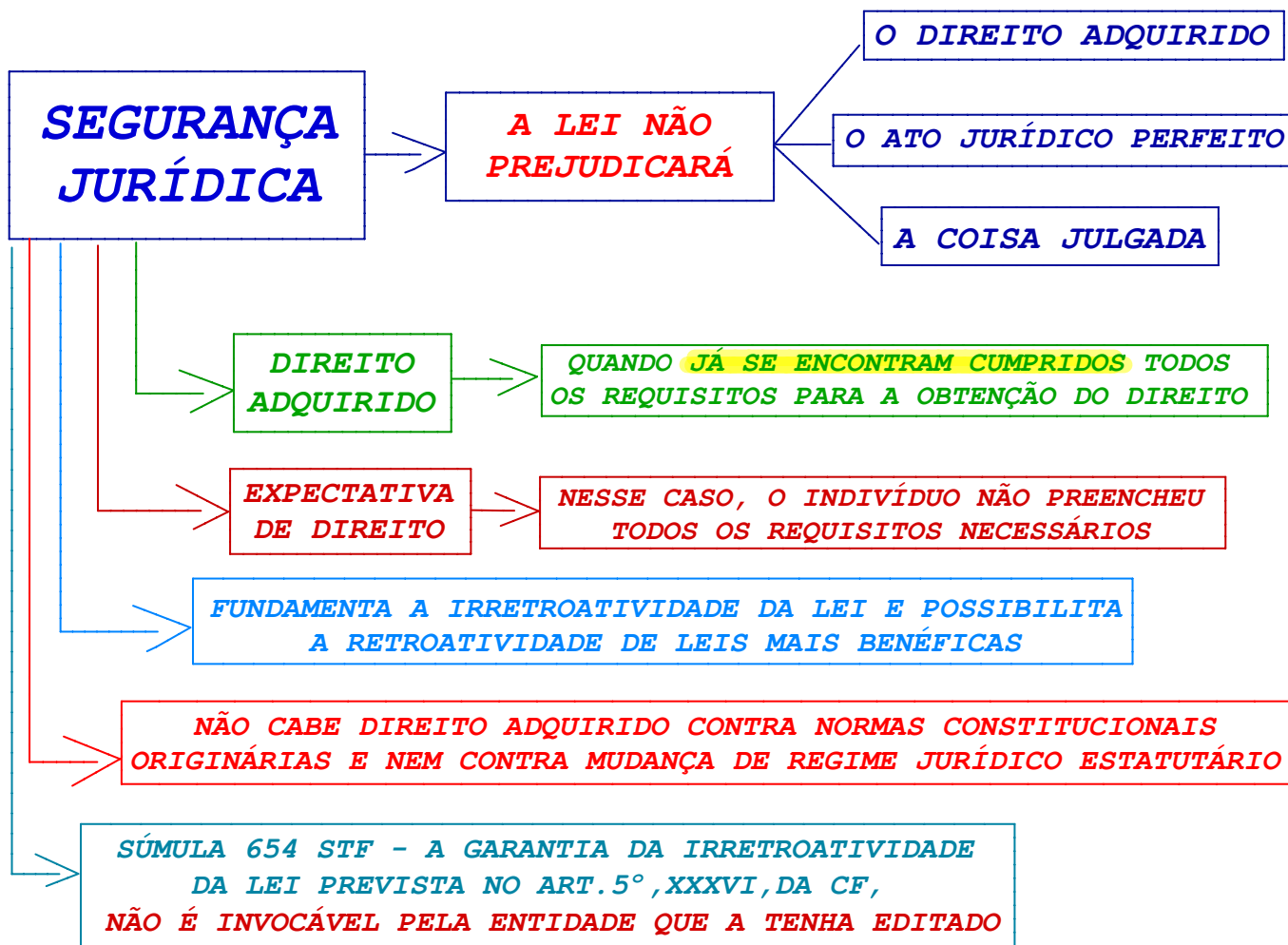
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)



DIREITO CONSTITUCIONAL

DICA - DIREITOS FUNDAMENTAIS


SEGURANÇA JURÍDICA



DIREITO CONSTITUCIONAL

REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS


PEGADINHAS MAIS COBRADAS EM PROVA



| | |
|---------------------------|---------------------------|
| SEGURIDADE SOCIAL | PREVIDÊNCIA SOCIAL |
| PRIVATIVA DA UNIÃO | CONCORRENTE |



| | |
|---------------------------|--|
| DIREITO PROCESSUAL | PROCEDIMENTOS EM MATÉRIA PROCESSUAL |
| PRIVATIVA DA UNIÃO | CONCORRENTE |



| | |
|--|--------------------|
| DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL | EDUCAÇÃO |
| PRIVATIVA DA UNIÃO | CONCORRENTE |

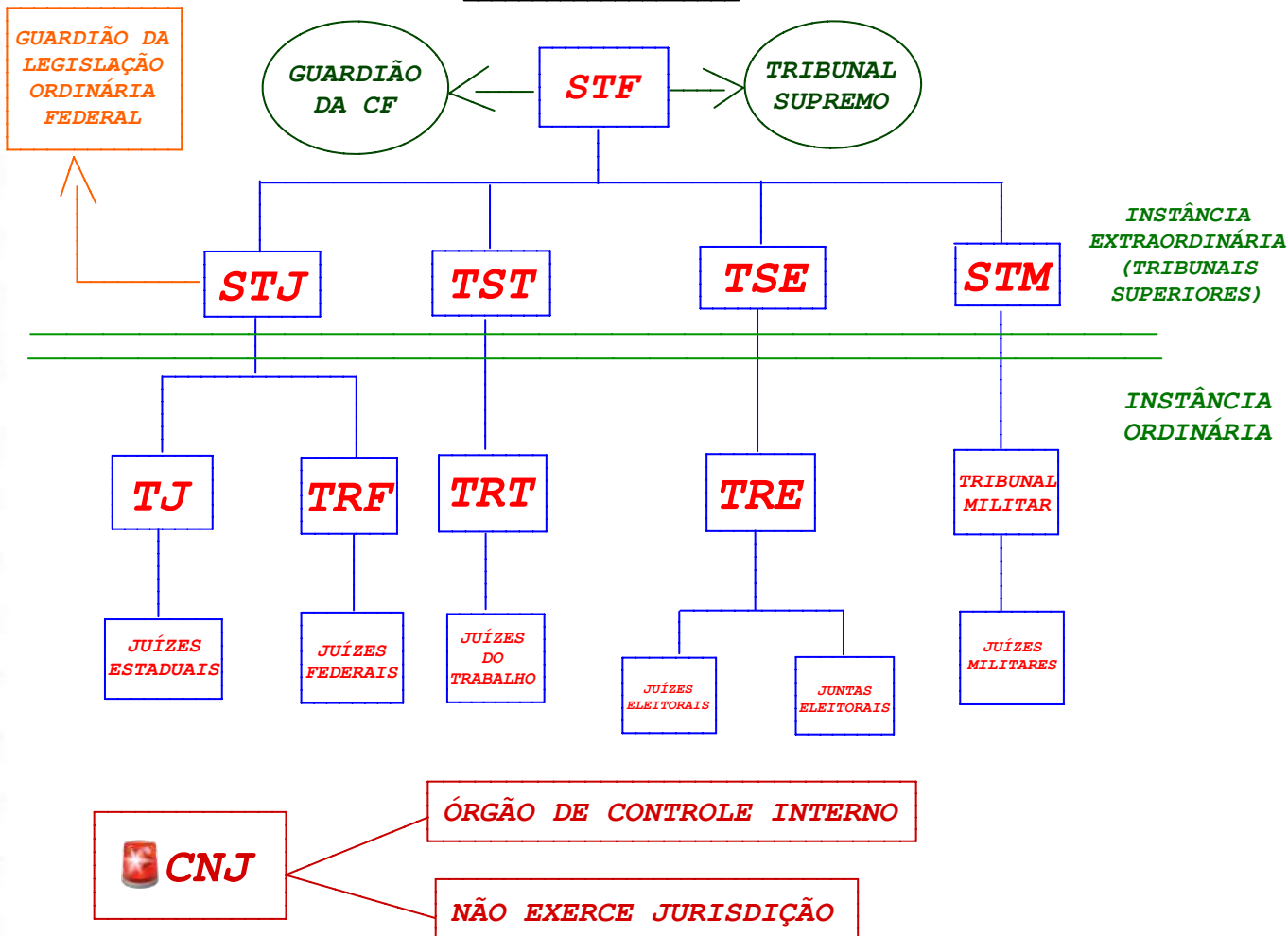


| | |
|------------------------------|--|
| TRÂNSITO E TRANSPORTE | POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PARA SEGURANÇA DO TRÂNSITO |
| PRIVATIVA DA UNIÃO | COMUM |

DIREITO CONSTITUCIONAL

PODER JUDICIÁRIO

ORGANOGRAMA



DIREITO ADMINISTRATIVO

MODALIDADES DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA

(RITO COMUM)

CONCORRÊNCIA

MODALIDADE PARA
CONTRATAÇÃO

DE BENS E SERVIÇOS ESPECIAIS

DE OBRAS

SERVIÇOS COMUNS E
ESPECIAIS DE ENGENHARIA

 OS SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA
ADMITEM O PREGÃO OU A CONCORRÊNCIA

CRITÉRIOS DE
JULGAMENTO

✓ MENOR PREÇO; ✓ TÉCNICA E PREÇO;
✓ MELHOR TÉCNICA OU ✓ MAIOR RETORNO ECONÔMICO;
✓ CONTEÚDO ARTÍSTICO; ✓ MAIOR DESCONTO.

BENS E
SERVIÇOS
ESPECIAIS

☞ NÃO SÃO COMUNS;
☞ NÃO PODEM SER DEFINIDOS OBJETIVAMENTE;
☞ POSSUEM "ALTA HETEROGENEIDADE OU COMPLEXIDADE".

CONCEITO
DE OBRAS

☞ SÃO PRIVATIVAS DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO;
☞ INOVAM O ESPAÇO FÍSICO DA NATUREZA;
☞ ACARRETAM ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL DO IMÓVEL.

CONCEITO DE
SERVIÇOS DE
ENGENHARIA

☞ DESTINADOS A OBTER DETERMINADA UTILIDADE,
INTELLECTUAL OU MATERIAL;
☞ SERVIÇOS PRIVATIVOS DAS PROFISSÕES DE ARQUITETO
E ENGENHEIRO OU DE TÉCNICOS ESPECIALIZADOS;
☞ QUE NÃO SE ENQUADRAM NO CONCEITO DE OBRA

DIREITO ADMINISTRATIVO

DICA - ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

CONCENTRAÇÃO X DESCONCENTRAÇÃO

CONCENTRAÇÃO

OCORRE QUANDO A PESSOA JURÍDICA INTEGRANTE DA ADM. PÚBLICA **EXTINGUE SEUS ÓRGÃOS**

REUNINDO EM UM NÚMERO MENOR DE UNIDADES AS RESPECTIVAS COMPETÊNCIAS

DESCONCENTRAÇÃO

REFERE-SE À DISTRIBUIÇÃO INTERNA DE COMPETÊNCIAS

A QUAL DÁ ORIGEM AOS **ÓRGÃOS PÚBLICOS**

DESCONCENTRAÇÃO X DESCENTRALIZAÇÃO

DESCONCENTRAÇÃO

OCORRE DENTRO DE UMA **ÚNICA PESSOA JURÍDICA**

HÁ **RELAÇÃO HIERÁRQUICA**

DESCENTRALIZAÇÃO

SÃO **DUAS** PESSOAS JURÍDICAS DISTINTAS (UMA TRANSFERE E A OUTRA RECEBE A COMPETÊNCIA)

NÃO HÁ RELAÇÃO DE HIERARQUIA

DIREITO ADMINISTRATIVO

DICA - ATOS ADMINISTRATIVOS

CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS (III)

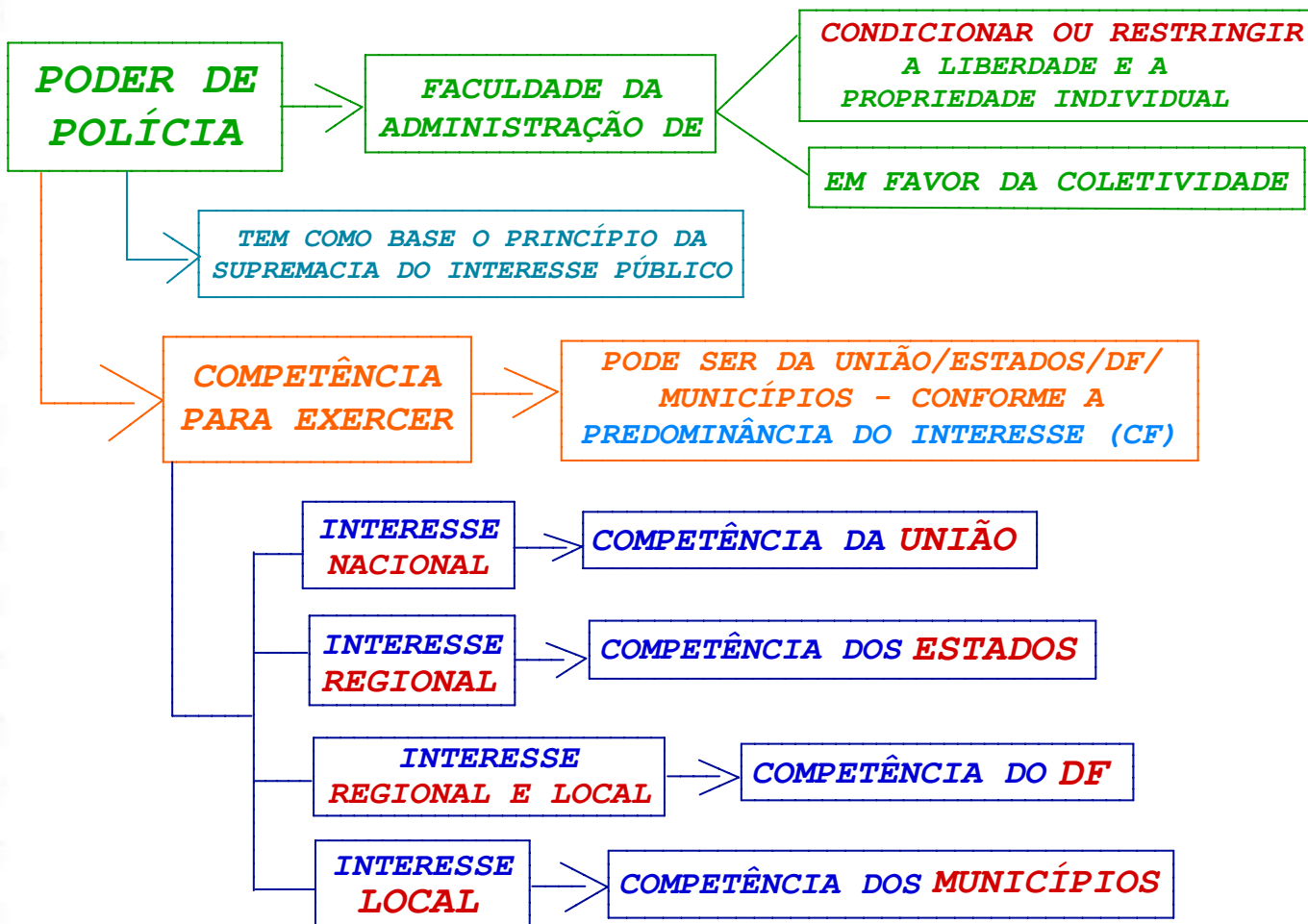
ATO VÁLIDO X ANULÁVEL X NULO X INESXISTENTE



DIREITO ADMINISTRATIVO

DICA - PODERES ADMINISTRATIVOS

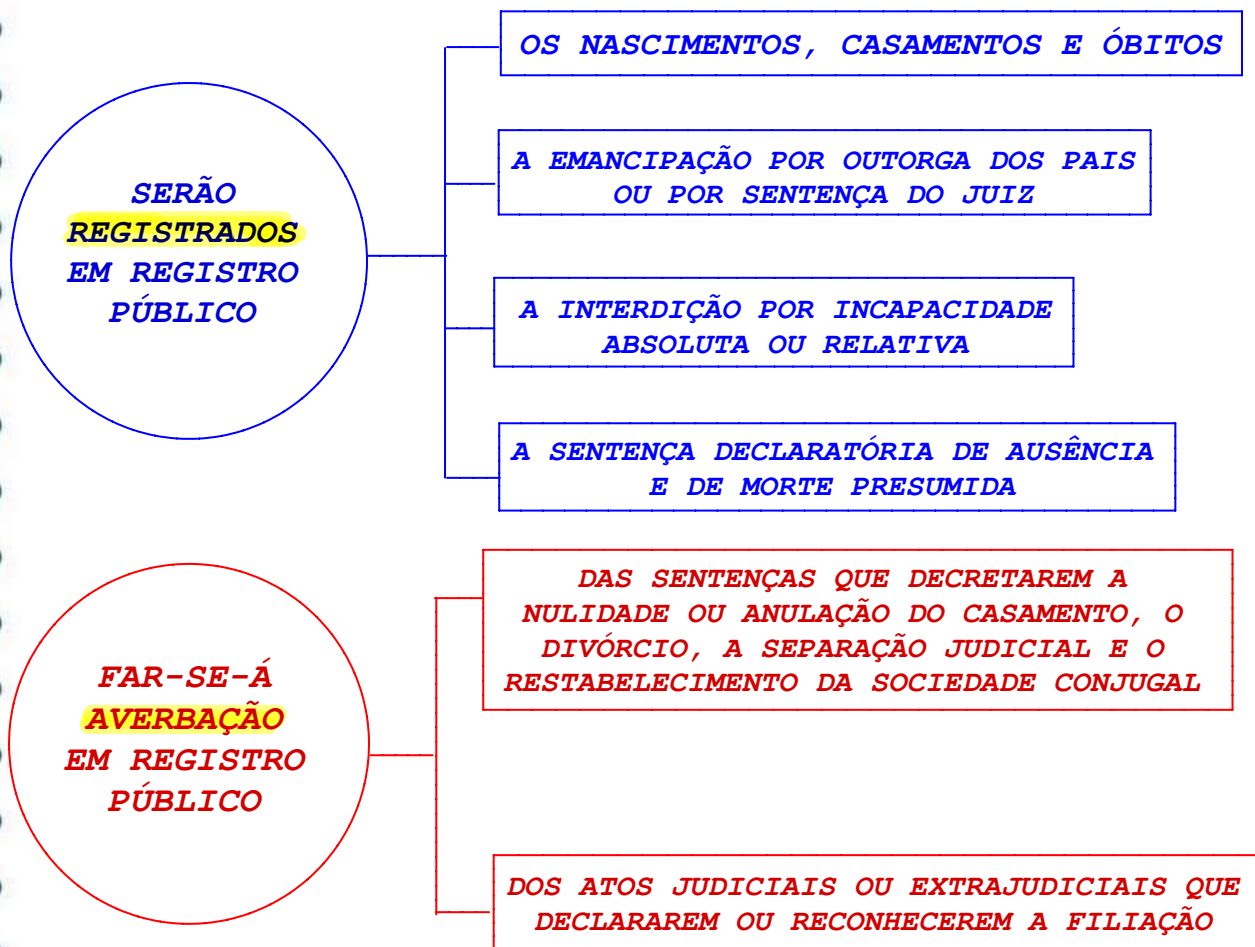
PODER DE POLÍCIA



DIREITO CIVIL

PESSOAS NATURAIS

DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE

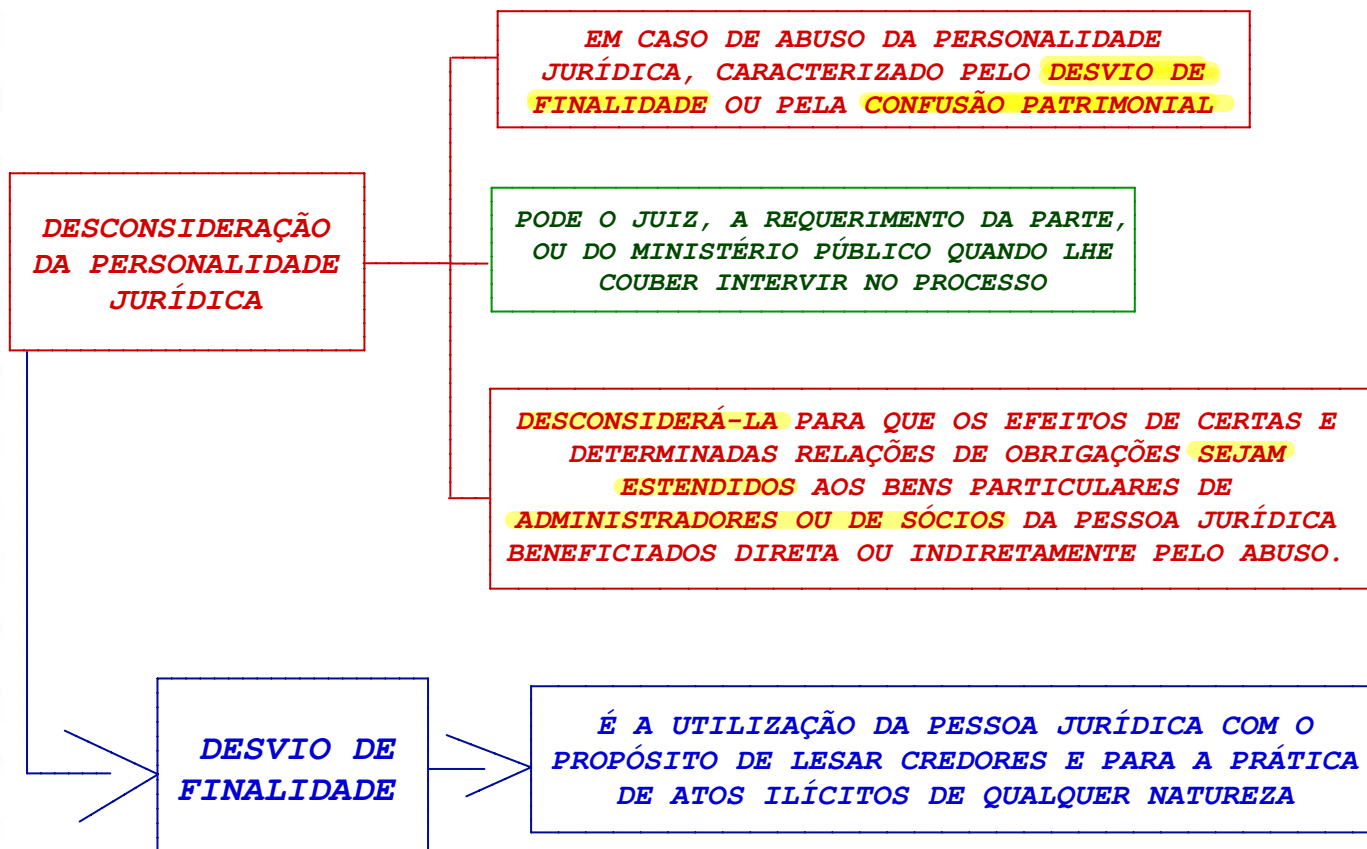


DIREITO CIVIL

PESSOAS JURÍDICAS

DISPOSIÇÕES GERAIS

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

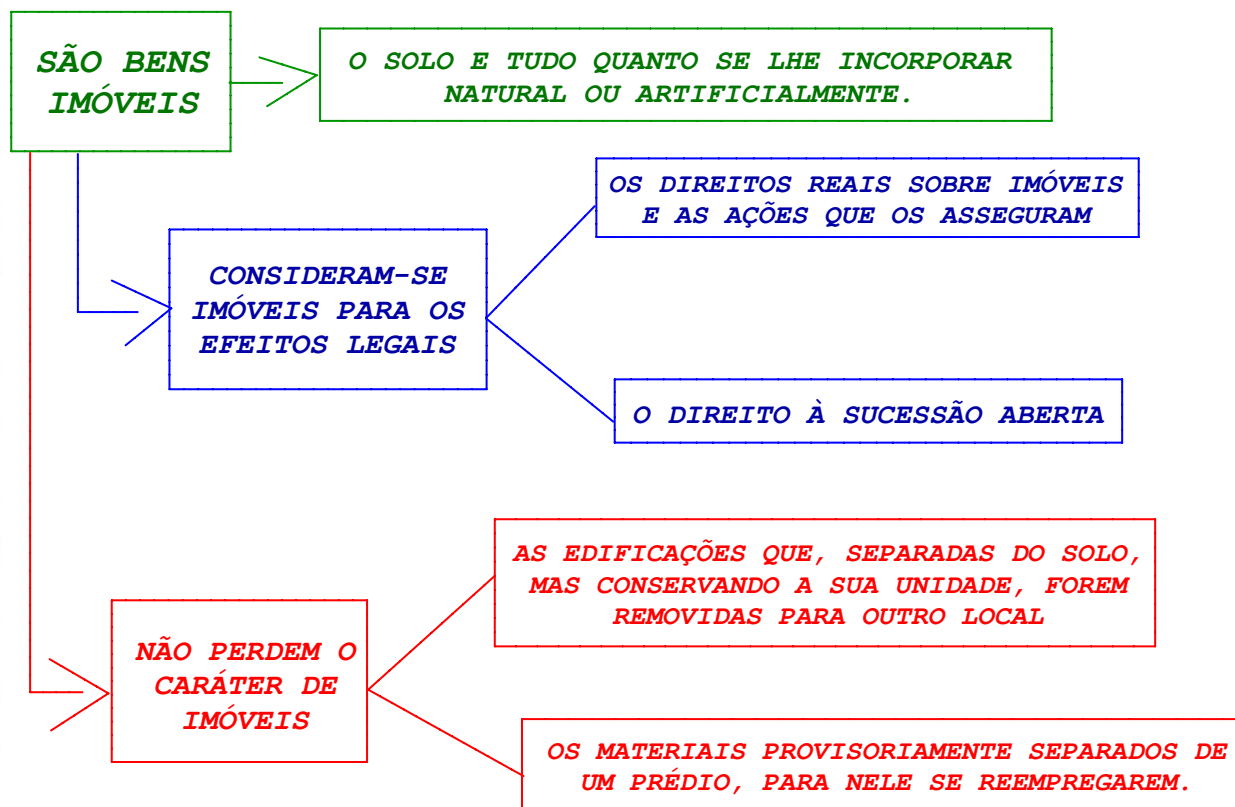


DIREITO CIVIL

BENS

DOS BENS CONSIDERADOS EM SI MESMOS

BENS IMÓVEIS



DIREITO CIVIL

NEGÓCIO JURÍDICO

DISPOSIÇÕES GERAIS

A VALIDADE DO
NEGÓCIO
JURÍDICO REQUER

AGENTE CAPAZ

OBJETO LÍCITO, POSSÍVEL,
DETERMINADO OU DETERMINÁVEL

FORMA PRESCRITA OU NÃO DEFESA EM LEI

A INCAPACIDADE
RELATIVA DE UMA
DAS PARTES

NÃO PODE SER INVOCADA PELA OUTRA EM BENEFÍCIO PRÓPRIO,
NEM APROVEITA AOS CO-INTERESSADOS CAPAZES

SALVO SE, NESTE CASO, FOR INDIVISÍVEL O
OBJETO DO DIREITO OU DA OBRIGAÇÃO COMUM

A IMPOSSIBILIDADE INICIAL
DO OBJETO NÃO INVALIDA O
NEGÓCIO JURÍDICO

SE FOR RELATIVA, OU SE CESSAR ANTES DE REALIZADA
A CONDIÇÃO A QUE ELE ESTIVER SUBORDINADO

A VALIDADE DA DECLARAÇÃO
DE VONTADE NÃO DEPENDERÁ
DE FORMA ESPECIAL

SENÃO QUANDO A LEI
EXPRESSAMENTE A EXIGIR.

DIREITO PENAL

DICA - PRINCÍPIOS

PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

NINGUÉM SERÁ CONSIDERADO CULPADO

ATÉ O TRÂNSITO EM JULGADO
DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA

EM REGRA: CABE AO ACUSADOR O ÔNUS
DE PROVAR AS ALEGAÇÕES FEITAS

AGENTE TEM QUE SER TRATADO COMO INOCENTE DENTRO DO PROCESSO
(DIMENSÃO INTERNA) E FORA DO PROCESSO (DIMENSÃO EXTERNA)

IMPORTANTE



NÃO É MAIS PERMITIDA A PRISÃO
EM SEGUNDA INSTÂNCIA

SEGUNDO O STF, ESSE TIPO DE PRISÃO VIOLA
O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

PRISÕES PROVISÓRIAS NÃO VIOLAM ESSE PRINCÍPIO

É VEDADA A UTILIZAÇÃO DE INQUÉRITOS POLÍCIAS E AÇÕES
PENAIAS PARA AGRAVAR A PENA-BASE (SÚMULA 444 STJ)

DIREITO PENAL

TEORIA DO CRIME

RESULTADO NATURALÍSTICO

RESULTADO NATURALÍSTICO

É A **MODIFICAÇÃO** NO MUNDO
REAL PELA CONDUTA DO AGENTE

SÓ É EXIGIDO NOS CRIMES **MATERIAIS**

👉 **CRIMES FORMAIS: O RESULTADO NATURALÍSTICO É IRRELEVANTE (PODE OU NÃO OCORRER)**

👉 **CRIMES DE MERA CONDUTA: NÃO HÁ UM RESULTADO NATURALÍSTICO POSSÍVEL**

RESULTADO JURÍDICO OU NORMATIVO

RESULTADO JURÍDICO OU NORMATIVO

É A **LESÃO AO BEM JURÍDICO TUTELADO PELA NORMA PENAL**

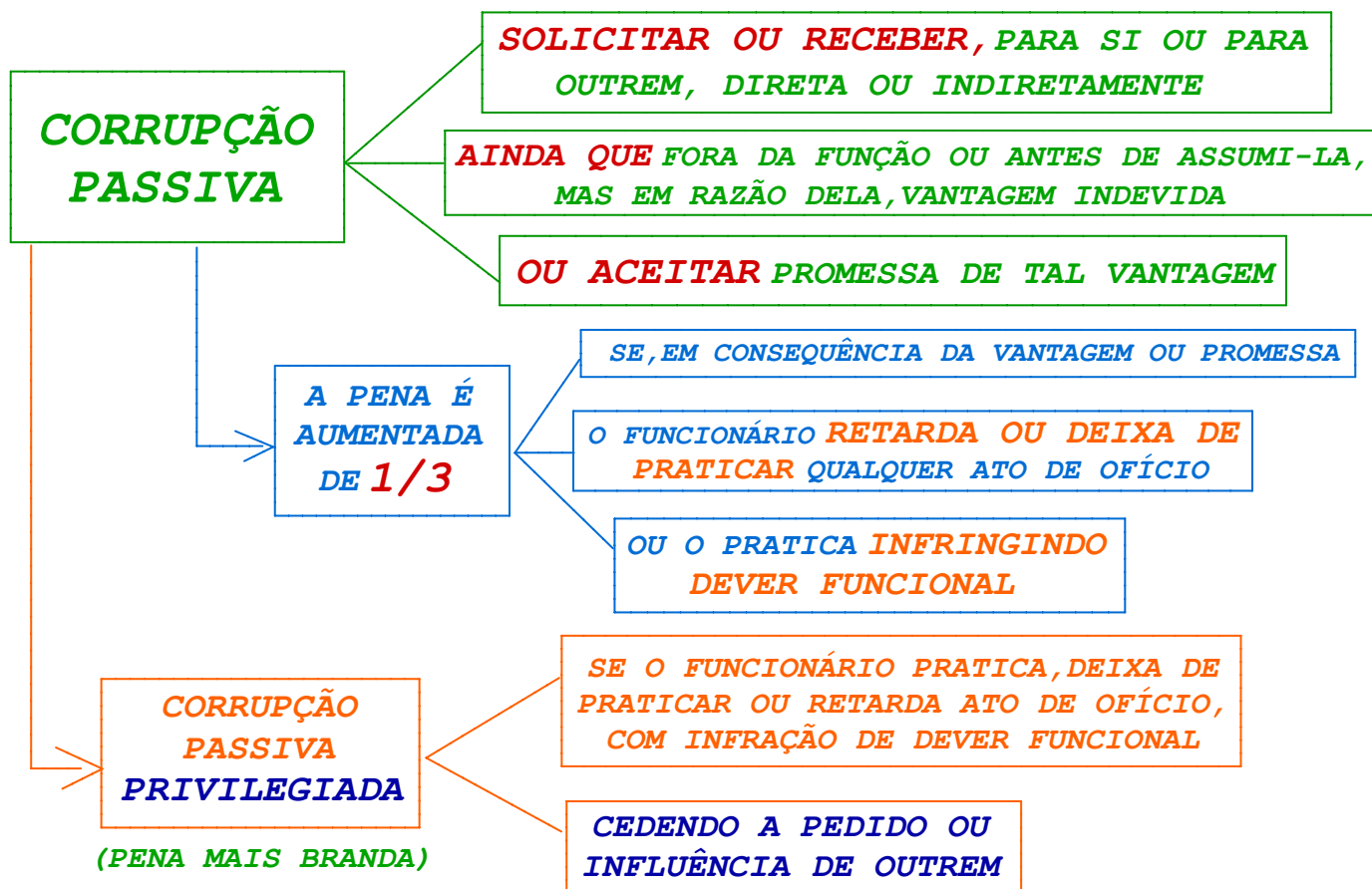
ESSE RESULTADO ESTÁ SEMPRE PRESENTE

LEMBRE: NÃO HÁ CRIME SEM RESULTADO JURÍDICO

DIREITO PENAL

DICA - CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

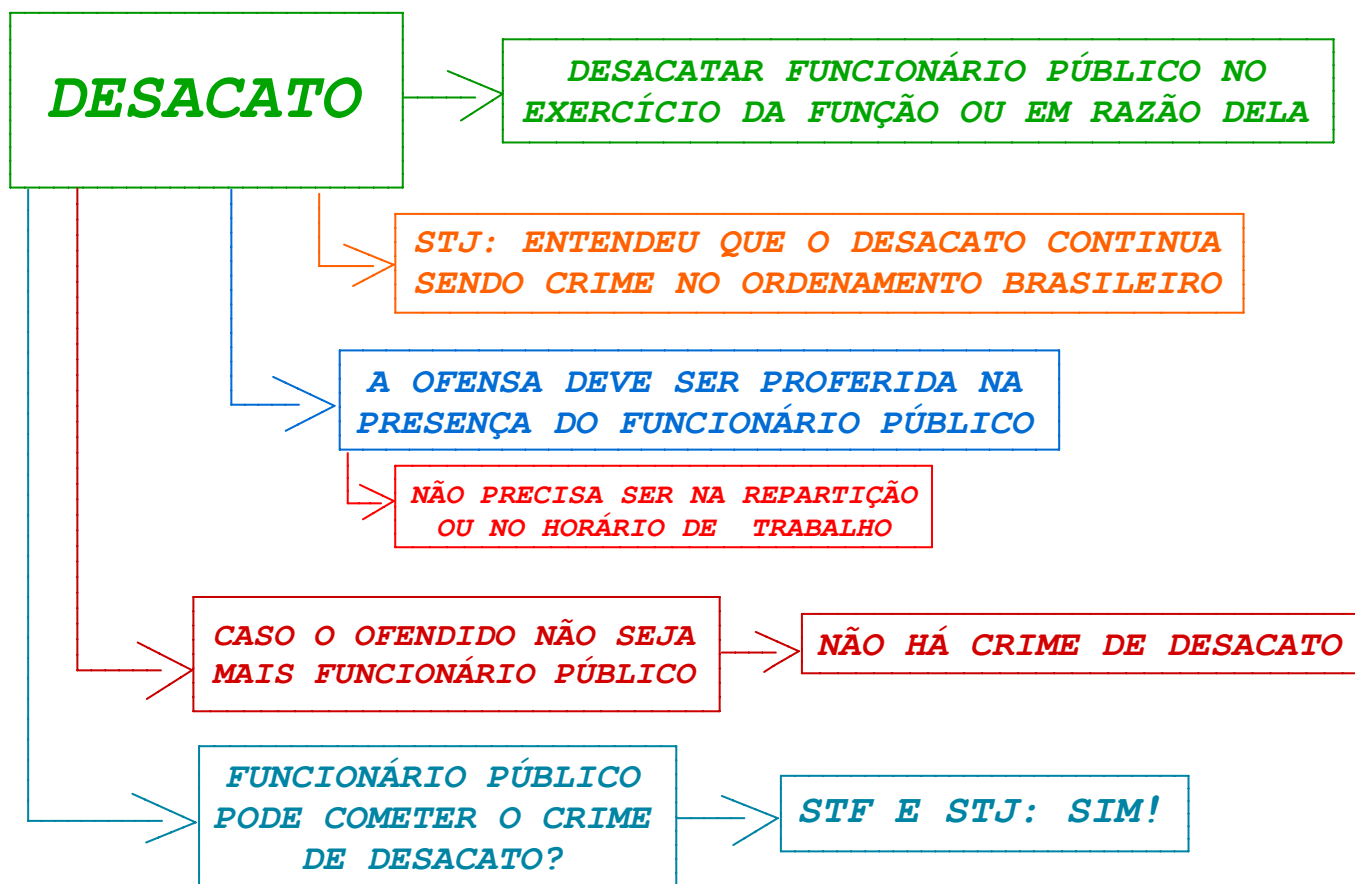
CORRUPÇÃO PASSIVA



DIREITO PENAL

**DICA - CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR
CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL**

DESACATO



DIREITO PROCESSUAL CIVIL

DAS PARTES E DOS PROCURADORES

DAS DESPESAS, DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E DAS MULTAS

➡ **PROFERIDA SENTENÇA COM FUNDAMENTO EM DESISTÊNCIA, EM RENÚNCIA OU EM RECONHECIMENTO DO PEDIDO, AS DESPESAS E OS HONORÁRIOS SERÃO PAGOS PELA PARTE QUE DESISTIU, RENUNCIOU OU RECONHECEU.**

SENO **PARCIAL** A DESISTÊNCIA, A RENÚNCIA OU O RECONHECIMENTO, A RESPONSABILIDADE PELAS DESPESAS E PELOS HONORÁRIOS SERÁ **PROPORCIONAL** À PARCELA RECONHECIDA, À QUAL SE RENUNCIOU OU DA QUAL SE DESISTIU

HAVENDO TRANSAÇÃO E NADA TENDO AS PARTES DISPOSTO QUANTO ÀS DESPESAS

ESTAS SERÃO DIVIDIDAS IGUALMENTE

SE A TRANSAÇÃO OCORRER ANTES DA SENTENÇA

AS PARTES FICAM DISPENSADAS DO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS REMANESCENTES, SE HOUVER.

SE O RÉU RECONHECER A PROCEDÊNCIA DO PEDIDO E, SIMULTANEAMENTE, CUMPRIR INTEGRALMENTE A PRESTAÇÃO RECONHECIDA

OS HONORÁRIOS SERÃO **REDUZIDOS PELA METADE.**

➡ **AS DESPESAS DOS ATOS PROCESSUAIS PRATICADOS A REQUERIMENTO DA FAZENDA PÚBLICA, DO MO OU DA DEFENSORIA PÚBLICA SERÃO PAGAS AO FINAL PELO VENCIDO.**

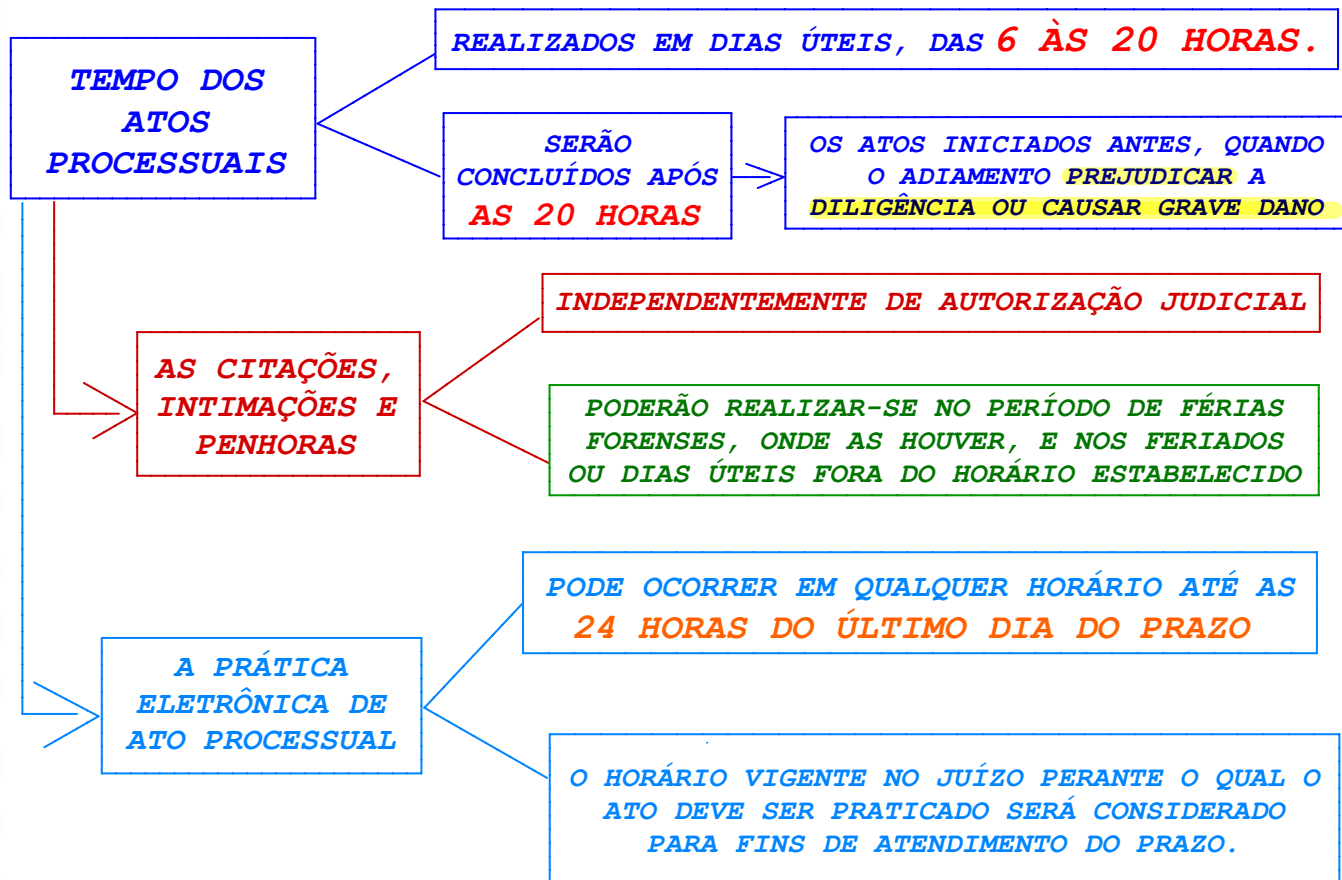
✓ **AS PERÍCIAS REQUERIDAS PELA FAZENDA PÚBLICA, PELO MP OU PELA DEFENSORIA PÚBLICA PODERÃO SER REALIZADAS POR ENTIDADE PÚBLICA OU, HAVENDO PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA, TER OS VALORES ADIANTADOS POR AQUELE QUE REQUERER A PROVA.**

✓ **NÃO HAVENDO PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA NO EXERCÍCIO FINANCEIRO PARA ADIANTAMENTO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS, ELES SERÃO PAGOS NO EXERCÍCIO SEGUINTE OU AO FINAL, PELO VENCIDO, CASO O PROCESSO SE ENCERRE ANTES DO ADIANTAMENTO A SER FEITO PELO ENTE PÚBLICO.**

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

ATOS PROCESSUAIS

TEMPO DOS ATOS PROCESSUAIS



DIREITO PROCESSUAL CIVIL

COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS

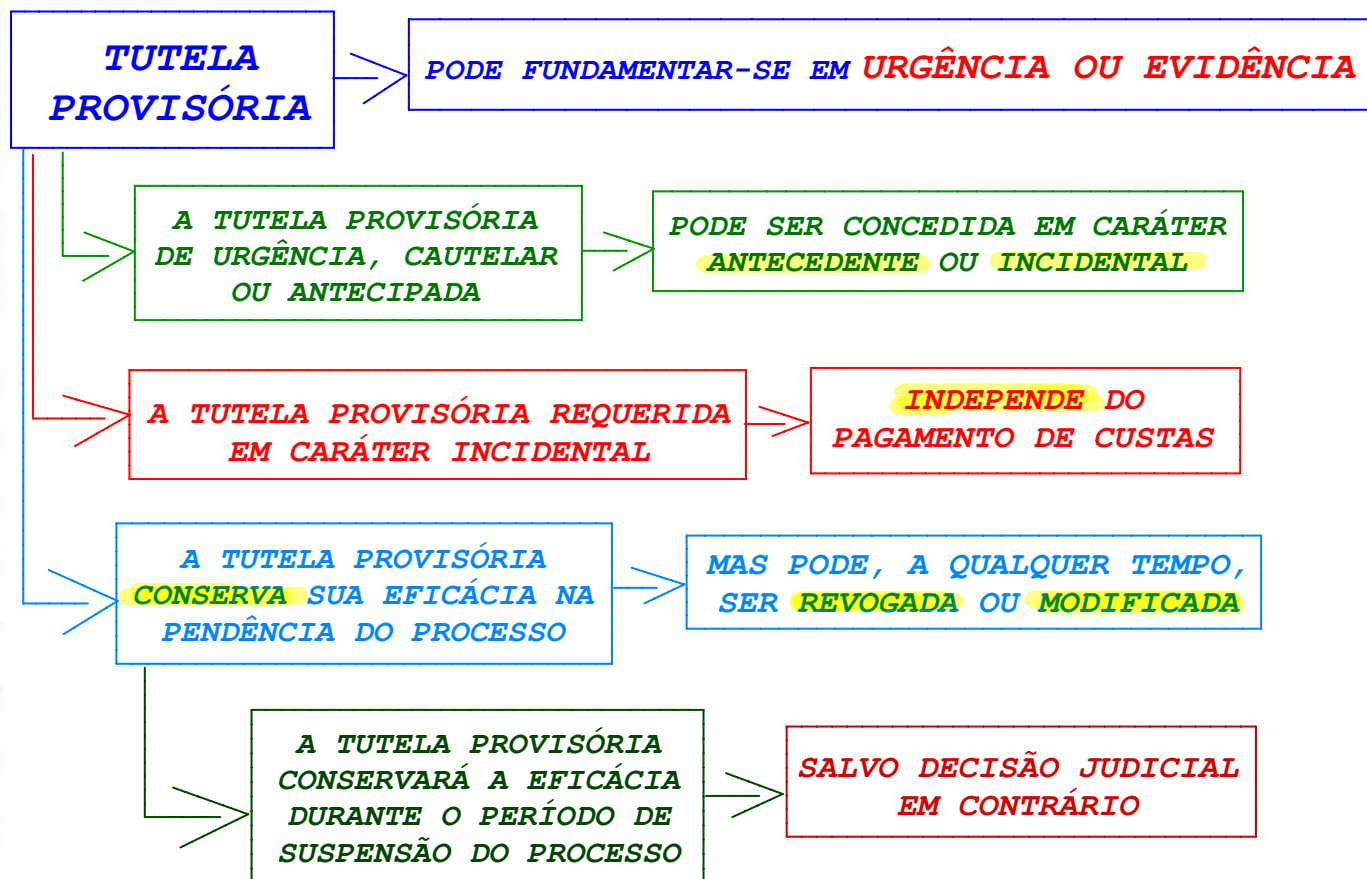
CITAÇÃO



DIREITO PROCESSUAL CIVIL

TUTELA PROVISÓRIA

DISPOSIÇÕES GERAIS



DIREITO PROCESSUAL CIVIL

RECURSOS

DISPOSIÇÕES GERAIS


DESISTÊNCIA

O RECORRENTE PODERÁ, A QUALQUER TEMPO, SEM A ANUÊNCIA DO RECORRIDO OU DOS LITISCONSORTES, DESISTIR DO RECURSO

IMPEDE O DIREITO DE RECORRER

INDEPENDE DE ACEITAÇÃO

SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA

 DOS DESPACHOS NÃO CABE RECURSO

A DESISTÊNCIA DO RECURSO NÃO IMPEDE A ANÁLISE DE QUESTÃO CUJA REPERCUSSÃO GERAL JÁ TENHA SIDO RECONHECIDA E DAQUELA OBJETO DE JULGAMENTO DE RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS OU ESPECIAIS REPETITIVOS

RENÚNCIA

EXTINGUE O DIREITO DE RECORRER

INDEPENDE DE ACEITAÇÃO

INDEPENDE DE SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA

A PARTE QUE ACEITAR EXPRESSA OU TACITAMENTE A DECISÃO NÃO PODERÁ RECORRER.

CONSIDERA-SE ACEITAÇÃO TÁCITA A PRÁTICA, SEM NENHUMA RESERVA, DE ATO INCOMPATÍVEL COM A VONTADE DE RECORRER.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

DICA - INQUÉRITO POLICIAL

CARACTERÍSTICAS

ESCRITO

TODOS OS ATOS DEVERÃO SER **ESCRITOS**

INDISPONÍVEL

AUTORIDADE POLICIAL **NÃO PODE**
MANDAR ARQUIVAR O INQUÉRITO

INQUISITIVO

NÃO HÁ CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA

DISPENSÁVEL

A PROPOSITURA DA AÇÃO PENAL
PODE SER REALIZADA SEM ELE

DISCRICIONÁRIO

CABE A AUTORIDADE POLICIAL CONDUZIR O
INQUÉRITO DA MANEIRA QUE ENTENDER SER
MELHOR PARA AS INVESTIGAÇÕES

OFICIAL

CONDUZIDA POR ÓRGÃO OFICIAL

SIGILOSO

DEVE TRAMITAR EM SIGILO
PARA ELUCIDAÇÃO DOS FATOS

OFICIOSO

DEVE SER INSTAURADO DE **OFÍCIO** NOS CRIMES
DE AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA

"EI IDOSO"



DIREITO PROCESSUAL PENAL

DICA - INQUÉRITO POLICIAL

PRAZOS PARA CONCLUSÃO DO INQUÉRITO POLICIAL

| * (EM DIAS) * | INVESTIGADO PRESO | INVESTIGADO SOLTO |
|---|------------------------------|------------------------------|
| REGRA GERAL | 10 | 30 |
| INQUÉRITO POLICIAL FEDERAL | 15 + 15 | 30 |
| LEI DE DROGAS | 30 + 30 | 90 + 90 |
| CRIMES CONTRA A ECONOMIA POPULAR | 10 | 10 |

DIREITO PROCESSUAL PENAL

DICA - AÇÃO PENAL

FORMAS DE DISPONIBILIDADE DA AÇÃO PENAL PRIVADA

